

INCRA VIRA MÁQUINA DE VOTOS

BOLSONARISTAS LOTEARAM AUTARQUIA E USAM TITULA BRASIL EM CAMPANHA, ENQUANTO GOVERNO DESMONTA A REFORMA AGRÁRIA



DE OLHO
NAS ELEIÇÕES



DE OLHO
NOS RURALISTAS
Observatório do agronegócio no Brasil

CONTEÚDOS

DESTAQUES DO RELATÓRIO	3
APRESENTAÇÃO	4
1. QUEM É QUEM NO INCRA?	5
Ruralistas no comando	5
Vice-líderes do governo comandam nomeação de diretores	10
2. OS PARLAMENTARES BOLSONARISTAS E O LOTEAMENTO DO INCRA	12
Ruralistas influenciam o Incra no Rio Grande do Sul	13
Líder da FPA usa titulações como plataforma de campanha	15
Presidente da Câmara indica primos para Incra e Codevasf em Alagoas	16
No Pará, bolsonaristas dividem as três superintendências regionais	17
Em Rondônia, Lúcio Mosquini garante verbas do orçamento para a titulação	20
Como ministra, Tereza Cristina entregou títulos no estado pelo qual é candidata	21
Pastores evangélicos se infiltram em superintendências da Bahia e do Ceará	22
Políticos da Amazônia excursionam por assentamentos da região	23
3. A IMPLOSÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO BOLSONARO	25
Incra virou imobiliária para os latifundiários, afirma dirigente do MST	27
4. CONCLUSÕES	30
REFERÊNCIAS	32

EXPEDIENTE

Coordenação

Alceu Luís Castilho

Edição

Bruno Stankevicius Bassi
Luís Indriunas

Pesquisa e texto

Alceu Luís Castilho
Bernardo Fialho
Bruno Stankevicius Bassi
Cláudio Eugênio
Luciana Buainain Jacob
Luís Indriunas

Infográfico

Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini

Imagem de capa

Renato Aroeira

Projeto gráfico e diagramação

Felipe Fogaça



**DE OLHO
NOS RURALISTAS**

Observatório do agronegócio no Brasil

De Olho nos Ruralistas é uma organização sem fins lucrativos dedicada à pesquisa e produção jornalística sobre o agronegócio no Brasil. De seus impactos sociais e ambientais.

Do desmatamento à expulsão de camponeses, da comida com agrotóxicos à violação de direitos dos povos indígenas.

Fundado em 2016, enquanto site, e formalizado como associação privada em 2017, o observatório é coordenado pelo jornalista Alceu Luís Castilho, autor de “Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro” (Contexto, 2012).

Data de Publicação: Agosto, 2022

contato@deolhonosruralistas.com.br
www.deolhonosruralistas.com.br

DESTAQUES DO RELATÓRIO

- A política de Jair Bolsonaro para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) conta com a distribuição de cargos para que parlamentares da base de apoio do presidente — bolsonaristas, Centrão, bancada ruralista — possam fazer nomeações de acordo com seus interesses econômicos, políticos e eleitorais.
- De Olho nos Ruralistas mapeou vinte postos ocupados por indicações de deputados ou senadores governistas, desde a presidência do órgão até superintendências e chefia de unidades. Entre os padrinhos, dezesseis são integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Uma tabela mostra quem são os padrinhos políticos e seus partidos.
- O principal mecanismo que permite o favorecimento eleitoral nos estados a partir das superintendências regionais envolve o programa de titulação de propriedades rurais, o Titula Brasil. O programa permite a privatização das terras públicas e sua disponibilização ao mercado para beneficiar o agronegócio.
- Jair Bolsonaro utiliza o Titula Brasil em sua campanha para reeleição; desde setembro de 2020, o presidente realizou pelo menos quinze viagens ao redor do país para a entrega de títulos de propriedade.
- Outros candidatos nas eleições de 2022 utilizaram-se dessa máquina pública nos últimos tempos, entre eles Tereza Cristina, ex-ministra da Agricultura, candidata ao Senado no Mato Grosso do Sul e ex-presidente da FPA.
- A maioria dos parlamentares que indicam os diretores e superintendentes participa diretamente da distribuição de títulos, em dobradinha com os apadrinhados.
- O orçamento do Incra caiu de R\$ 930 milhões para R\$ 12 milhões, no período de 2011 a 2020. Com essa redução, o órgão passou a depender das emendas do relator do Congresso para dar prosseguimento a suas ações.
- O governo Bolsonaro implodiu a reforma agrária no país por meio da restrição das ações e competências do Incra, reduzindo a autarquia a um órgão de legitimação da grilagem, com a titulação e legalização de grandes posses irregulares em todo o país.

APRESENTAÇÃO

Como é possível que um mesmo governo seja recordista em número de títulos de terra entregues a beneficiários da reforma agrária, enquanto registra o menor nível de desapropriações de imóveis dos últimos trinta anos?

Em 2018, ainda durante a campanha presidencial, Jair Bolsonaro prometeu adotar uma postura de enfrentamento aos movimentos do campo, em especial ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Quatro anos depois, seu governo congelou os investimentos para criação de novos assentamentos, enfraqueceu a organização coletiva de assentados e drenou o orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) até o ponto de o órgão anunciar, em maio de 2022, que paralisaria suas atividades por falta de recursos.

Enquanto isso, o instituto responsável pela reforma agrária no Brasil emitiu mais de 370 mil títulos individuais, transformando os eventos de entrega dos documentos em verdadeiros comícios. Quase sempre com a participação direta de Bolsonaro e de seus ministros e aliados políticos. E com a presença direta — em flagrante conflito de interesses — dos próprios parlamentares que indicaram os diretores e superintendentes.

O que levou a esse sucateamento e aparelhamento do Incra?

Este dossiê apresenta o jogo de interesses por trás da política fundiária adotada pelo governo, cujo eixo central é desvirtuar a missão histórica do Incra e inverter a lógica da reforma agrária, possibilitando a expansão do mercado de terras em favor do agronegócio.

Sob Bolsonaro, o Incra tornou-se um balcão de negócios para políticos do Centrão e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que dominam as indicações para cargos de confiança e superintendências regionais. Além da dinâmica explícita das nomeações de cargos por meio das indicações de cunho político, o relatório detalha a movimentação de alguns destes protagonistas em suas bases eleitorais, além de destacar as principais diretrizes do governo federal, responsáveis pela implosão da reforma agrária no país.

1) QUEM É QUEM NO INCRA? _____



**Ao lado de Tereza Cristina e Bolsonaro, presidente do Incra
Geraldo Melo Filho entrega títulos de terra no Pará
(Foto: Isac Nóbrega/PR)**

Ruralistas no comando

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal que tem como missão prioritária executar a reforma agrária e conduzir o ordenamento fundiário nacional. Criado em 1970, no início da ditadura militar, o instituto atua em todo o território brasileiro. Atualmente, o órgão conta com uma rede de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas, além de efetuar parcerias com estados e municípios visando ampliar o acesso aos serviços.¹

Essa estrutura de governança descentralizada foi importante para a ampliação do Programa Nacional de Reforma Agrária sob os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), quando o instituto destinou um total de 68,4 milhões de hectares – uma área equivalente ao território do Afeganistão –, para a criação de assentamentos.² Cabe às superintendências regionais, entre outras funções: analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação dentro de sua área de abrangência; emitir Certificados de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), Certidões de Assentado da

¹ Bloco de partidos políticos de centro-direita composto por PP, PL, Republicanos, PSD, PSC, PROS, Avante e Solidariedade, caracterizado pelo objetivo comum em estabelecer relações políticas com o poder executivo de modo que este lhes garanta vantagens e lhes permita distribuir privilégios por meio de redes clientelistas. Na atual legislatura, o Centrão conta com mais de duzentos parlamentares, sendo determinante na formação da base de governo.

Reforma Agrária e outros documentos fundiários; executar a fiscalização cadastral e cartográfica dos imóveis rurais; e prevenir e remediar conflitos fundiários.³

Até então, a escolha dos indicados para comandar as superintendências regionais se dava a partir de uma lista tríplice, aprovada pelo Conselho Diretor da autarquia, contendo os nomes de servidores ocupantes de cargo efetivo no Incra com base em critérios técnicos e no mérito profissional. Em “casos excepcionais”, a lista poderia ser composta por servidores de outros órgãos federais ou por pessoas sem vínculo direto com a administração pública, desde que possuíssem “comprovada experiência técnica e administrativa”.⁴ Embora indicações de cunho político continuassem ocorrendo sob o pretexto da “excepcionalidade”, o sistema freava os anseios mais imediatistas de alguns parlamentares.

Isso mudou com a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Inicialmente o Incra foi entregue à ala militar do governo, sob o comando do general João Carlos Jesus Corrêa, que deu início a uma série de medidas para limitar as ações da autarquia e paralisar a política fundiária. O Incra deixou de fiscalizar o cumprimento da função social da terra, extinguiu a Diretoria de Obtenção de Terras e a agenda de desenvolvimento socioprodutivo.

Em outubro de 2019, Bolsonaro nomeou para a presidência do órgão Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho, membro da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e filho do ex-governador do Rio Grande do Norte e ex-senador Geraldo Melo (PSDB). Superintendente geral da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) entre 2001 e 2009, ele é sócio da empresa Seleção Guzerá Agropecuária Ltda, que atua na criação de gado na Bahia e em Minas Gerais. A família Melo é dona de 17 mil hectares no Rio Grande do Norte, em grande parte composta por terras improdutivas.⁵

Sob a gestão do pecuarista, o Incra passou por uma reformulação completa. Poucos meses após assumir o cargo, Melo Filho participou na edição de uma série de normas e portarias modificando a estrutura do instituto. Entre elas destacam-se o Decreto Presidencial nº10.252/2020, que remanejou cargos de confiança e extinguiu a diretoria responsável pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), e o Decreto nº 10.207/2020, que aboliu a lista tríplice para indicação às superintendências regionais. A nova estrutura deixou o caminho livre para que aliados do Centrão* — que, na época, negociava seu embarque definitivo no governo Bolsonaro — comandassem as nomeações para cargos dentro do Incra. Além da maleabilidade ideológica, os partidos do bloco têm em comum o histórico de atuação na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), face mais organizada da bancada ruralista no Congresso. Juntos, os partidos do Centrão detêm 117 das 290 cadeiras mantidas pela FPA e ocupam 11 dos 28 cargos diretivos da entidade, incluindo a vice-presidência no Senado, com Zequinha Marinho (PSC-PA), e na Câmara, com Neri Geller (PP-MT) e Evair Vieira de Melo (PP-ES).⁷

O núcleo de pesquisas do De Olho nos Ruralistas mapeou vinte postos ocupados por indicações de deputados ou senadores, desde a presidência do órgão até as superintendências regionais e chefia de unidades avançadas. Entre os padrinhos, dezesseis são integrantes da FPA. Destes, quinze são membros de partidos do Centrão.






















O papel de receber e filtrar as indicações de parlamentares da base aliada coube ao secretário especial de Regularização Fundiária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Luiz Antônio Nabhan Garcia. É sob a jurisdição desta secretaria que se encontra o Incra. Foi dele a decisão de exonerar Jesus Corrêa da presidência do instituto, após avaliar que o militar não estaria fazendo o suficiente para promover a política de entrega massiva de títulos de terra — que se tornaria regra na gestão de Geraldo Melo Filho, indicado por Nabhan.⁸ Junto com o general, foram exonerados outros três militares que ocupavam cargos de confiança no órgão.





















“Caímos porque incomodamos Nabhan Garcia e seu grupo”, disse um dos demitidos do Incra, em uma conversa com servidores do órgão realizada por meio de um grupo de WhatsApp, obtida pela Revista Crusoé.⁹ “Estávamos iniciando a parte mais complexa, ao atacar as superintendências do Incra, onde há, em algumas delas, verdadeiras organizações criminosas instaladas”, dizia uma das mensagens, assinada pelo próprio Jesus Corrêa. Ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Nabhan Garcia foi investigado em 2005, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, por liderar e financiar o armamento de uma milícia rural do Pontal do Paranapanema, Extremo Oeste de São Paulo.¹⁰ O objetivo era combater as ocupações do MST, que cresciam na região. Não à toa, a interrupção do diálogo com movimentos sociais e a “individualização” da reforma agrária tornaram-se as principais diretrizes do Incra sob a gestão de Nabhan Garcia e de Geraldo Melo Filho.

O próprio Bolsonaro explicou a estratégia, durante uma de suas tradicionais conversas com apoiadores, no “cercadinho” do Palácio da Alvorada. “Você não ouve mais falar em MST”, comemorou. “No governo de Fernando Henrique era uma invasão por dia. No nosso governo são quatro por ano. Além de darmos título de terra para mais de 360 mil assentados, que deixaram de integrar o MST e passaram a ficar do lado do bem”.¹¹

QUEM É QUEM NO INCRA



INCRA	Nomeado	Cargo	Padrinho	Partido
 INCRA Nacional	Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho	Presidente Nacional do Incra	Secretário de Assuntos Fundiários/MAPA Nabhan Garcia e a ex-ministra Tereza Cristina	
 INCRA Nacional	Udo Gabriel Vasconcelos Silva	Diretor de Gestão Estratégica	Deputado Federal Fábio Reis, Sergipe	
 INCRA Nacional	Eleusa Maria Gutemberg	Diretora de Governança Fundiária	Deputado Carlos Gaguim e Senador Eduardo Gomes, Tocantins	
 Acre	Sergio Antônio Pereira Bayum	Superintendente do Acre	Deputada Mara Rocha (MDB-AC)	
 Alagoas	Wilson César de Lira Santos	Superintendente de Alagoas	Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL)	
 Amapá	Fábio da Silva Muniz	Superintendente do Amapá	Senador David Alcolumbre (UNIÃO-AP)	
 Amazonas	João Batista Jornada	Superintendente do Amazonas	Senadores Eduardo Braga (MDB-AM) e Omar Aziz (PSD-AM)	 
 Bahia	Paulo Emanuel Macedo de Almeida Alves	Superintendente da Bahia	Deputado Paulo Azi (UNIÃO-BA)	
 Ceará	Luiz Fernando Castro de Paula	Superintendente do Ceará	Deputado Dr. Jaziel (PL-CE)	
 Goiás	Alexandre Rasmussenn	Superintendente de Goiás	Deputado Lucas Vergílio (SD-CO)	

	Humberto César Mota Maciel	Superintendente do Mato Grosso do Sul	ex-ministra Tereza Cristina (PP-MS)	
	Miguel Fernando Veiga Gualberto	Superintendente de Pará - Nordeste (Belém)	Deputado Éder Mauro (PL-PA) e Senador Zequinha Marinho (PL-PA)	
	Francisco de Sousa	Superintendente de Pará - Oeste (Santarém)	Deputado Júnior Ferrari (PSD-PA) e Senador Zequinha Marinho (PL-PA)	
	Leonardo Lopes Santana	Superintendente de Marabá (PA)	Deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) e Senador Zequinha Marinho (PL-PA)	
	Robson Luís Bastos	Superintendente de Paraná	Presidente da FPA, Sergio Souza (MDB-PR) e Deputado Osmar Serraglio (PP-PR)	
	Thaís Silva Pires de Moura Nogueira	Superintendente de Piauí	Deputado Júlio César (PSD-PI)	
	Gilmar Tietböhl	Superintendente de Rio Grande do Sul	Alceu Moreira (MDB-RS) e Luís Carlos Heinze (PP-RS)	
	Mário Moacir de Almeida	Superintendente de Rondônia	Deputado Lúcio Mosquini (MDB-RO)	
	Nilton Tadeu Garcia	Superintendente de Santa Catarina	Senador Dário Berger (PSB-SC)	
	Victor Alexandre Sande Santos	Superintendente de Sergipe	Deputados Fábio Reis (PSD-SE) e Bosco Costa (PL-SE)	

Vice-líderes do governo comandam nomeação de diretores



Filiação da Diretora de Governança Fundiária do Incra, Eleusa Gutemberg, ao Republicanos, intermediada pelo deputado
(Foto: Reprodução/AF Notícias)

Sob a presidência de Geraldo Melo Filho, as indicações políticas para o Incra tornaram-se parte da rotina. Em outubro de 2021, a diretoria de Governança Fundiária — uma das mais importantes do órgão — foi ocupada por Eleusa Maria Gutemberg. Seu nome foi indicado por dois parlamentares bolsonaristas: o deputado federal Carlos Gaguim (União Brasil) e o senador Eduardo Gomes (PL), ambos do Tocantins. Eleusa já foi superintendente do Incra no estado. Em 2021 anunciou sua filiação ao Republicanos, a convite de Gaguim, na época filiado ao partido.¹² A filiação não prosseguiu e os dois regressaram ao União Brasil. Sob essa diretoria encontram-se áreas estratégicas de atuação, como as Coordenações-Gerais de Cadastro Rural, de Regularização Fundiária, de Regularização de Territórios Quilombolas e de Cartografia.

Responsável pela indicação, Gaguim é um notório defensor da política de ocupação do Matopiba, a região de Cerrado que engloba partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.¹³ Na Câmara, ele foi vice-líder dos governos Michel Temer e Bolsonaro (neste último, ocupou a posição até julho de 2020) e disputa a reeleição em outubro. Eduardo Gomes, que também bancou a nomeação de Eleusa, foi líder do governo no Senado até junho de 2022, quando se licenciou do cargo — ele tem mandato até 2027 — para coordenar a campanha eleitoral de aliados políticos.¹⁴ Ambos são membros da FPA.

A diretoria de Gestão Estratégica, que cria as diretrizes, objetivos e estratégias de atuação do Incra, está sob o comando de Udo Gabriel Vasconcelos Silva, uma

indicação do deputado federal Fábio Reis (PSD-SE). Sob essa diretoria encontra-se a atribuição de analisar as tendências no mercado de terras brasileiro, tendo uma importância fundamental na consolidação de programas como o Titula Brasil. Em março de 2022, Reis participou de uma cerimônia de entrega de títulos de propriedade em Poço Redondo (SE). O evento, que contou com a presença da então ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, hoje candidata ao Senado, esteve recheado de políticos.¹⁵ Além de cinco deputados estaduais, viajaram ao município do Alto Sertão os deputados federais Fábio Mitidieri (PSD) e Laércio Oliveira (Progressistas) – candidatos ao governo e ao Senado de Sergipe, respectivamente – e Bosco Costa (PL), que junto a Fábio Reis, foi responsável pela nomeação de Victor Alexandre Sande Santos à superintendência do Incra no estado.¹⁶

No mesmo mês, Reis organizou uma segunda cerimônia de distribuição de títulos em Canindé de São Francisco (SE), um de seus redutos eleitorais. Desta vez, além de Tereza Cristina, também participou o presidente do Incra, Geraldo Melo Filho, gerando um dos exemplos mais eloquentes do uso eleitoral do Incra sob o governo Bolsonaro.¹⁷

2) OS PARLAMENTARES BOLSONARISTAS E O LOTEAMENTO DO INCRA



Bolsonaro faz campanha durante entrega de títulos em Pernambuco
(Foto: José Dias/PR)

O loteamento de cargos de âmbito nacional, por um lado, tem o intuito de paralisar as ações de reforma agrária e desvirtuar o papel do Incra, de modo a assegurar mecanismos que viabilizem a expansão do agronegócio sobre terras públicas. Por outro lado, a divisão política das superintendências regionais tem como função a distribuição de poder entre alguns dos principais articuladores do bolsonarismo e o fortalecimento de seus palanques eleitorais.

O principal mecanismo que permite esse favorecimento explícito a partir das superintendências regionais envolve o programa de regularização fundiária Titula Brasil, criado pelo governo Bolsonaro através da Portaria Conjunta nº 1, de 2 de dezembro de 2020, da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários e do Incra.¹⁸ O programa permite aos municípios implementar núcleos de regularização fundiária para executar atribuições do Incra nos assentamentos da reforma agrária e em glebas públicas aptas para regularização. Segundo artigo publicado pela Fundação Heinrich Böll, o Titula Brasil aponta duas direções para a regularização fundiária no país: primeiro, a municipalização da política pública, ampliando a influência de prefeitos e de atores locais do agronegócio; e, segundo, a simplificação dos processos de regularização, com a possibilidade dos próprios interessados apresentarem os documentos necessários para tal, sem avaliação prévia da existência de conflitos possessórios.¹⁹

Em um contexto mais amplo, o Titula Brasil faz parte de uma série de medidas que têm como objetivo final a inclusão de novas áreas no mercado de terras, expandindo o agronegócio sobre a Amazônia Legal – onde concentra-se a maior parte do estoque de florestas públicas não destinadas¹⁸ — e sobre assentamentos federais, naquela que é considerada a maior ofensiva de grilagem desde o fim da ditadura militar.²⁰ Em decorrência, o Titula Brasil tornou-se a principal moeda eleitoral que une prefeitos e ruralistas do Congresso, principalmente aqueles ligados a Bolsonaro e que compõem a ala denominada de Centrão.

O núcleo de pesquisas do De Olho nos Ruralistas identificou o uso eleitoral da distribuição de títulos em pelo menos dez estados onde houve indicação direta para as superintendências regionais.

Ruralistas influenciam o Incra no Rio Grande do Sul



Heinze e Tarso Teixeira na sede do Incra no RS
(Foto: Reprodução/Facebook)

Desde a posse de Jair Bolsonaro, a superintendência do Incra em Porto Alegre transformou-se em uma “filial” da Federação da Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), a principal organização representativa dos produtores rurais gaúchos. Com apoio do senador Luis Carlos Heinze (Progressistas), candidato ao governo gaúcho, e do deputado federal Alceu Moreira (MDB), tomou posse como superintendente regional no estado, em junho de 2019, o médico veterinário Tarso Teixeira.

Opositor histórico da reforma agrária no estado, ele se destacou como uma das principais vozes da Farsul, ocupando a vice-presidência da agremiação na época

de sua nomeação ao Incra. Ao tomar posse, Teixeira anunciou que passaria um “pente-fino” nos assentamentos gaúchos, que ocupam cerca de 294 mil hectares, distribuídos por 98 municípios.²¹

Tanto Moreira como Heinze já presidiram a Frente Parlamentar da Agropecuária e são defensores do modelo individualizado de “regularização fundiária”, na qual se enquadra o Titula Brasil. Em 2021, Heinze atuou junto à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado para a aprovação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022, destinando recursos ao Incra para a regularização fundiária e consolidação de assentamentos.²³ Moreira apoia a ampliação das medidas relacionadas à regularização fundiária, tendo sido um dos principais negociadores por trás do Projeto de Lei (PL) nº 2633/2020, apelidado por opositores de PL da Grilagem, que repete a anistia dada à ocupação irregular de terras públicas concedida pela Medida Provisória (MP) nº 910/2019.²⁴ Editada pelo presidente Jair Bolsonaro, a MP caducou em maio de 2020, após decorrido o prazo de votação na Câmara.

Teixeira faleceu de Covid em janeiro de 2021, sendo homenageado tanto por Moreira como por Heinze. “O ruralista e amigo de tantas lutas Tarso Teixeira nos deixou”, lamentou o senador.²⁵ Quatro meses após sua morte, foi nomeado um novo superintendente, o servidor aposentado do Banco do Brasil Gilmar Tietböhl Rodrigues, ligado à Farsul há pelo menos vinte anos.²⁶ Sua relação com Heinze é também partidária: em 2006, ele foi candidato a deputado federal pelo antigo PP, hoje Progressistas, pelo qual o senador é candidato ao governo do Rio Grande do Sul.

Durante a cerimônia de posse na superintendência regional do estado, Rodrigues afirmou que o foco principal de sua gestão era incrementar a entrega de títulos definitivos de propriedade aos assentados, “atingindo o maior número possível de beneficiários”. Ele enfatizou esse item como uma importante diretriz do Incra e da gestão de seu antecessor, Tarso Teixeira. “Apesar das dificuldades impostas pela pandemia, minha expectativa é de que se consiga acelerar o Programa Titula Brasil”, complementou o superintendente.²⁷ Rodrigues foi secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul em 2010 e superintendente estadual do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Segundo relatos de servidores do Incra, ouvidos sob condição de anonimato, Rodrigues e sua equipe vêm acelerando processos de titulação para conseguir entregar os registros de terras até outubro, mês da eleição. O principal interessado é o deputado federal Alceu Moreira (MDB), ex-presidente da FPA e da CPI da Funai e do Incra. Ele disputa a reeleição e prometeu, em sua pré-campanha, entregar os títulos de 126 famílias da Fazenda Perseverança, em São Francisco de Assis (RS).²⁸

Líder da FPA usa titulações como plataforma de campanha



Geraldo Melo Filho (direita), durante reunião na sede da FPA, em dezembro de 2021
(Foto: Agência FPA)

Atual presidente da FPA, o deputado federal Sérgio Souza (MDB-PR) tem participado em diversas cerimônias de entregas de títulos de propriedade no interior do Paraná, lado a lado com Robson Luis Bastos, nome que emplacou na superintendência do instituto no estado. Como parte de sua campanha à reeleição, em maio de 2022, o parlamentar esteve em Goioxim (PR), posando para fotos onde entrega títulos de propriedade nas mãos de famílias de assentados.²⁹ Em junho, no Vale do Ivaí, em Jardim Alegre (PR), Sérgio Souza também compareceu à cerimônia de entrega de títulos para agricultores do Assentamento 8 de Abril.³⁰

Durante o primeiro semestre de 2022, Souza se reuniu três vezes com o presidente do Incra, Geraldo Melo Filho. O primeiro encontro ocorreu em 23 de fevereiro; o segundo, em 18 de maio, dias após a entrega de títulos em Goioxim. A última dessas audiências, realizada em 21 de junho, contou também com a participação da procuradora-chefe do instituto, Renata Silva Pires de Carvalho, do Diretor de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento, Giuseppe Serra Seca Vieira, e da Diretora de Governança Fundiária, Eleusa Maria Gutemberg. Em nenhum dos casos foi divulgado o tema da reunião.³¹

A assiduidade de Sérgio Souza no gabinete de Melo Filho é recíproca. Em 23 de fevereiro de 2021, o presidente do Incra participou de um dos tradicionais almoços na sede da FPA — uma mansão no Lago Sul de Brasília — onde os membros da bancada ruralista se reúnem às terças-feiras para discutir as pautas legislativas prioritárias da semana. O convite se deu devido ao lançamento oficial do programa Titula Brasil, que Melo Filho foi apresentar em primeira mão aos parlamentares. “Não se trata do Incra abrir mão do controle dos processos em si”, explicou à plateia, que incluía a presença de Ricardo Salles, então ministro do

Meio Ambiente. “O Incra segue fazendo o seu papel da análise, da instrução e das decisões dos processos de regularização fundiária, mas em parceria com as prefeituras que assim desejarem”. Foi a primeira vez em que um membro do governo reconheceu publicamente a conexão entre o programa — que terceiriza para os municípios atribuições referentes à regularização de glebas públicas federais — e a Medida Provisória nº 910/2019, conhecida como MP da Grilagem, cujas diretrizes seriam transplantadas ao PL nº 2.633/2020. “Assim, parte das inovações tratadas no PL, em tramitação na Câmara dos Deputados, também já está presente no programa”, declarou o presidente do Incra.³²

Mais tarde, em dezembro de 2021, Melo Filho voltou à mansão ruralista para prestar contas de sua gestão à frente do órgão responsável por implementar a reforma agrária no Brasil, sendo acompanhado dos ministros da Agricultura, Tereza Cristina, da Cidadania, João Roma, e do Meio Ambiente, Joaquim Leite, sucessor de Salles.³³

Presidente da Câmara indica primos para Incra e Codevasf em Alagoas



Presidente da Câmara Arthur Lira (Progressistas-AL) indicou primo para superintendência do Incra em Alagoas

(Foto: Isac Nóbrega/PR)

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL), que engavetou mais de cem pedidos de impeachment contra Jair Bolsonaro, indicou dois parentes para chefiar os órgãos que comandam o orçamento para projetos nas bacias hidrográficas e as titulações de terras em Alagoas. Dois de seus primos

são os atuais superintendentes regionais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e do Incra.³⁴

Para a Codevasf, que administra boa parte do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional em Alagoas, Lira e seu pai, o ex-senador Benedito de Lira (Progressistas), indicaram João José Pereira Filho, conhecido como Joãozinho Pereira, ex-prefeito de Teotônio Vilela (AL). Em abril de 2021, Joãozinho Pereira assumiu a superintendência reconhecendo o apadrinhamento do primo: "Vamos para Codevasf para ajudar a desenvolver nosso estado, com total apoio do nosso deputado Arthur Lira". Cerca de um mês depois, o jornal O Estado de S. Paulo denunciava o "tratoração", um orçamento paralelo de R\$ 3 bilhões que Bolsonaro distribuiu entre aliados a partir do Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio de órgãos regionais como a Codevasf. O estado de Alagoas recebeu R\$ 114,6 milhões, utilizados em compras suspeitas de superfaturamento de tratores.³⁵

Para o Incra — órgão que, em 2020, considerou improdutiva uma propriedade de Arthur e Benedito em Major Isidoro (AL), ocupada anos antes pelo MST —, foi indicado Wilson César de Lira Santos, ou César Lira. Ele assumiu a Superintendência Regional do Incra em 2017, durante o governo de Michel Temer. Nessa época, Alagoas recebeu apenas R\$ 3.948,00 para encaminhar dezessete processos de titulação de quilombolas.³⁶ Em tempos de Titula Brasil, César Lira cadastrou 209 famílias no programa em 2020 e projeta atingir 800 famílias até o fim de 2022.³⁷

No Pará, bolsonaristas dividem as três superintendências regionais



Éder Mauro, Zequinha Marinho e Bolsonaro em cerimônia do Titula Brasil em Paragominas (PA)

(Foto: Reprodução/Instagram)

No Pará encontram-se três superintendências regionais do Inca. Uma delas tem sede em Belém, englobando a porção nordeste do estado; outra em Marabá, no sudeste; e outra em Santarém, no oeste. Essa distribuição territorial faz do Inca paraense um terreno fértil para as nomeações políticas. Todas as superintendências do órgão receberam apoio direto do senador Zequinha Marinho (PL-PA).

Em junho de 2021, ele esteve em Marabá com Bolsonaro e outros ministros lançando o programa Titula Brasil. Na ocasião, foi realizada a entrega simbólica de 50 mil títulos de terra.³⁸ Um ano depois, em março de 2022, Marinho viajou com o presidente até Paragominas, no nordeste paraense, para distribuir mais 30 mil títulos, acompanhado dos deputados federais Éder Mauro e Joaquim Passarinho.³⁹ Com o secretário de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, o senador articulou audiência pública para discutir a regularização fundiária no oeste do Pará, logo no início do governo Bolsonaro, em agosto de 2019.⁴⁰ Vice-presidente da FPA, Marinho é comumente apontado como principal articulador das invasões de madeireiros à Terra Indígena Ituna-Itatá, considerada a mais devastada do país em 2019. Em janeiro de 2020, o senador publicou um vídeo em que classificava servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de “bandidos e malandros” após uma ação que identificou o corte ilegal de madeira dentro do território.⁴¹ Em junho de 2022, ele foi apontado pelo delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva como um dos líderes de uma “bancada do crime” na Amazônia. Marinho alega ser alvo de calúnia.⁴²

Integrante da “bancada da bala” e ex-delegado, Éder Mauro (PL-PA) foi o responsável por indicar Miguel Fernando Veiga Gualberto para a superintendência do Inca no nordeste paraense. O superintendente anterior, o coronel e ex-deputado estadual pelo PSD Neil Duarte, também foi nomeado por indicação do político. Foi em sua gestão que Éder, candidato à reeleição na Câmara, entregou títulos de terra em Limoeiro do Ajuru (PA), em junho de 2021.⁴³ O atual superintendente Miguel Gualberto divide seu apoio público entre Éder Mauro e o madeireiro, ex-prefeito de Paragominas e ex-secretário de estado do Pará Sidney Rosa (MDB), acusado de crimes ambientais e trabalho escravo.⁴⁴

Boa parte dos municípios do Arco do Desmatamento^{2*} está sob a jurisdição da superintendência do Inca de Marabá, atualmente sob o comando de Leonardo Lopes Santana. Ex-vereador pelo PV no município vizinho de São João do Araguaia, ele foi acusado de favorecer a mineradora Vale enquanto atuava como perito judicial em uma ação civil pública movida contra a empresa pela Associação Indígena Bayprã de Defesa do Povo Xikrin do O-Odja.⁴⁵ Outro perito da equipe era o atual superintendente do Ibama no Pará, Rafael Angelo Juliano,

² * Região de 500 mil km² que concentra as maiores taxas de supressão vegetal do país, abrangendo uma faixa de municípios que vai do leste e sul do Pará em direção oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre.

dono de uma empresa de consultoria que presta serviços para sojicultores e pecuaristas autuados pelo próprio órgão.⁴⁶

Leonardo está há pouco tempo no Incra. Ele substituiu Aveilton Souza, que deixou o posto para ser candidato a deputado estadual. Durante a pré-campanha, o ex-superintendente do Incra utilizou o Titula Brasil como mote eleitoral e se autodenominou “o homem do agro”.⁴⁷ Aveilton conta com o apoio do deputado federal Joaquim Passarinho (PSD-PA), um dos principais defensores do PL 191/2020, que legaliza a mineração em terras indígenas. Barrado pela oposição na Câmara, o projeto foi encaminhado ao grupo de trabalho coordenado por Passarinho, que discute a revisão do Código de Mineração.⁴⁸

As recorrentes intervenções federais têm produzido clima tenso entre os servidores do Incra no sul do Pará. Em fevereiro de 2020, durante uma audiência pública na Câmara Municipal de Marabá, uma servidora do órgão, a geógrafa Ivone Rigo, questionou o secretário de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, presente no encontro, sobre a melhoria das condições de trabalho na autarquia. Incomodado, o secretário atacou a servidora, incorrendo na prática de assédio moral. No mesmo dia, o superintendente substituto João Itaguary Milhomem Costa abriu um processo para apurar a “conduta ética” da geógrafa.⁴⁹

No oeste do Pará, a superintendência está com Francisco de Sousa, ex-vereador de Santarém pelo PSDB. A indicação foi feita por Junior Ferrari (PSD-PA), deputado bolsonarista alinhado a Helder Barbalho (MDB). Apesar do governador paraense ter decidido não apoiar a candidatura de Jair Bolsonaro à reeleição, Ferrari vem participando de eventos do Titula Brasil ao lado de Zequinha Marinho, como em março de 2022, na cidade de Rurópolis, sudoeste paraense. Ao lado dos parlamentares e de prefeitos da região, estavam, além do superintendente regional do Incra em Santarém, outros dois executivos do órgão: a Diretora de Governança Fundiária Eleusa Gutemberg e o Diretor de Desenvolvimento e Consolidação de Assentamentos Giuseppe Serra Seca Vieira.⁵⁰

Em Rondônia, Lúcio Mosquini garante verbas do orçamento para a titulação



Lúcio Mosquini coordena a Frente Parlamentar dos Técnicos Agrícolas

(Foto: Divulgação)

Em Rondônia, onde a fronteira agrícola avança em ritmo acelerado sobre a Amazônia, os acordos entre congressistas e o governo federal também envolvem a entrega de matrículas fundiárias. O superintendente regional Mário Moacir de Almeida foi indicado pelo senador Marcos Rogério (PL) e pelo deputado federal Lúcio Mosquini (MDB). Os dois foram, respectivamente, líder do governo no Senado e vice-líder na Câmara. Em dezembro de 2021, eles estiveram com a ex-ministra Tereza Cristina em Ji-Paraná (RO), entregando 14 mil títulos de terra.⁵¹ Candidato oficial de Bolsonaro ao governo rondoniense e coordenador jurídico da FPA, Rogério defende abertamente que ocupações realizadas por movimentos sociais em prol da reforma agrária sejam tipificadas como terrorismo.⁵²

Mosquini, por sua vez, é coordenador da Comissão de Direito de Propriedade da Frente Parlamentar da Agropecuária, além de coordenar a Frente Parlamentar dos Técnicos Agrícolas.⁵³ Durante os últimos meses, o político correu o estado entregando títulos de terra ao lado do atual governador, o coronel da Polícia Militar Marcos Rocha (União Brasil). O mandatário garantiu a contratação pelo governo de Rondônia de 32 servidores temporários para integrar o Incra, com recursos federais liberados por emenda do deputado.⁵⁴

Assim como Arthur Lira, Mosquini integrou o grupo de parlamentares que liderou os repasses do orçamento secreto. Ao todo, o deputado manejou R\$ 8 milhões em emendas, dos quais R\$ 359 mil foram empenhados na compra de tratores. Houve ainda indícios de superfaturamento, uma vez que o valor de mercado dos tratores não ultrapassa os R\$ 100 mil, segundo relatou reportagem do Estadão.⁵⁵

Como ministra, Tereza Cristina entregou títulos no estado pelo qual é candidata



Entrega de títulos em Ponta Porã (MS), com a presença de Jair Bolsonaro, Tereza Cristina e Nabhan Garcia

(Foto: Reprodução/Canal do Boi)

No Mato Grosso do Sul, o superintendente Humberto César Mota Maciel é um velho conhecido da deputada federal Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura. Ele foi superintendente do Incra de 2016 até 2019. No início do governo Bolsonaro, passou a ocupar a diretoria de Governança Fundiária do órgão. Foi realocado para a superintendência do Mato Grosso do Sul em outubro de 2021, por indicação da líder ruralista, pouco antes do início da atual campanha eleitoral.⁵⁶

Durante sua gestão no Mapa, Tereza Cristina viajou pelo país acompanhada por Nabhan Garcia e, em algumas ocasiões, por Jair Bolsonaro, distribuindo títulos de propriedade. No Mato Grosso do Sul, onde ela tenta uma vaga no Senado, ela esteve pessoalmente em pelo menos duas ocasiões: no município de Terenos (MS), em maio de 2021, e em Ponta Porã (MS), em março de 2022.⁵⁷ Segundo a própria candidata, o estado havia recebido mais de 12 mil títulos até o início de 2022.

Pastores evangélicos se infiltram em superintendências da Bahia e do Ceará

Em alguns casos, a influência política sobre as nomeações de cargos regionais do Incra não começou no governo Bolsonaro. Em julho de 2016, apenas um mês após Michel Temer (MDB) assumir a presidência interinamente, na época da abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff (PT), o deputado federal Paulo Azi (União-BA) nomeou seu correligionário Helder Almeida para a superintendência do órgão na Bahia.⁵⁸ Ex-prefeito de Camaçari (BA), Almeida ocupava então a presidência do DEM no município – em 2022, o partido se fundiria com o PSL para formar o União Brasil, cuja presidência estadual é comandada hoje por Paulo Azi.

Presidente do Conselho de Ética da Câmara e ex-vice-líder de Bolsonaro na casa, Azi foi responsável, no mesmo ano, pela reabertura do posto de atendimento do Incra em Vitória da Conquista (BA), indicando o coordenador do escritório, o ex-vereador Arlindo Santos Rebouças.⁵⁹ Junto a ele, participou na nomeação do deputado estadual Luciano Ribeiro (União), um dos articuladores políticos da campanha de ACM Neto ao governo do estado.

Também é de Paulo Azi a mais recente indicação à superintendência regional do Incra na Bahia. Paulo Emmanuel Macedo de Almeida Alves assumiu o posto oficialmente em setembro de 2020 e, desde então, esteve cercado por polêmicas. Poucos dias antes da posse, no dia 27 de agosto, ele foi visto por moradores do assentamento Jaci Rocha, em Prado (BA), dentro de um veículo branco, escoltado por duas viaturas da Polícia Militar. A comitiva tentava adentrar a área para apurar um suposto conflito interno entre uma família de assentados e militantes do MST, que organiza o assentamento. Uma semana depois, atendendo a um pedido direto do secretário Nabhan Garcia, Bolsonaro autorizou o envio de tropas da Força Nacional para o assentamento — um episódio que ficaria marcado pelo emprego inédito da própria estrutura do Incra para criminalizar movimentos de luta pela terra.⁶⁰

Sob a gestão de Emmanuel, a superintendência da Bahia ganharia novamente as manchetes em junho de 2022, ao assinar a habilitação da igreja evangélica Assembleia de Deus Rais de Jessé, sediada em Simões Filho (BA), a prestar serviços de engenharia para o programa de crédito habitacional do Incra. Representante da igreja, o pastor Nelson Carmo da Silva é dono de uma empresa de engenharia, a NE Construção e Pavimentação Ltda. Após abertura de processo no Tribunal de Contas da União (TCU), a autorização foi cancelada.⁶¹

Em agosto de 2021, acompanhado do deputado Paulo Azi, Emmanuel viajou ao município de Ipirá, a 97 quilômetros de Feira de Santana, para assinar contratos de moradias rurais nos Assentamentos Dom Matias, Oásis, Aldeia e Sítio Novo.⁶² Em maio de 2022, ele esteve mais uma vez junto ao parlamentar em visita ao

Assentamento Vila Izabel, onde firmou o termo de cooperação entre o Incra e a prefeitura de Ibicaraí, no sul baiano, para implementação do programa Titula Brasil.⁶³

A conexão de pastores evangélicos com o Incra não se restringe à Bahia. Responsável pela nomeação de Luiz Fernando Castro de Paula para a superintendência do órgão no Ceará, o deputado federal Dr. Jaziel Pereira (PL-CE) é autor do PL nº 484/2022, que pretende dar título de propriedade a qualquer entidade religiosa que tenha ocupado uma área, urbana ou rural, a partir de dezembro de 2016. Além de médico, Jaziel é pastor da Assembléia de Deus e um dos líderes da bancada evangélica no Congresso.⁶⁴

Políticos da Amazônia excursionam por assentamentos da região



Buscando a reeleição, Davi Alcolumbre reforça atuação junto ao Incra

(Foto: Valter Campanato/ABr)

O ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (União-AP) é o principal padrinho político e responsável pela nomeação do superintendente regional do Incra no Amapá, Fábio da Silva Muniz. Em campanha pela reeleição, o senador vem propagandeando a articulação de recursos para beneficiar os assentamentos da reforma agrária no estado.⁶⁵

A família Alcolumbre se destaca pela sua relação íntima com o processo de grilagem de terras da União no Amapá. Em parceria com o The Intercept Brasil, o De Olho nos Ruralistas noticiou que Salomão e "Salomãozinho" Alcolumbre, respectivamente tio e primo do senador, declararam a posse de terras públicas

quando pleitearam vagas à suplência do Senado pelo Amapá.⁶⁶ Em 2019, durante uma viagem de Jair Bolsonaro, Alcolumbre assumiu interinamente a Presidência da República e assinou um decreto que regulamentou a transferência de terras da União para o estado do Amapá. Em decorrência da medida, mais de 1 milhão de hectares foram repassados para o estado até abril de 2022, totalizando 8 glebas que passaram a ser administradas pelo Instituto de Terras do Estado do Amapá. A Lei 14.004/2020, sancionada por Bolsonaro para regulamentar o decreto, determina que as áreas deverão dar preferência a atividades agropecuárias, de desenvolvimento sustentável (agrícola ou não) ou de regularização fundiária.⁶⁷

A oeste, no estado do Amazonas, o atual candidato ao governo, senador Eduardo Braga (MDB-AM), é outro político amazônida que tem visitado assentamentos para anunciar a titulação de terras. Em maio de 2022 o emedebista esteve em Parintins (AM), no Projeto de Assentamento Vila Amazônia, onde prometeu a entrega de mais de 300 títulos de propriedade nos meses seguintes. Na ocasião, Braga anunciou o investimento de R\$ 70,6 milhões em obras de pavimentação de estradas vicinais para o assentamento. Segundo o candidato, os recursos são frutos de “emendas parlamentares de sua autoria.”⁶⁸ Junto ao colega de casa Omar Aziz (PSD-AM), Braga articulou para que o servidor João Jornada assumisse a superintendência do Incra no Amazonas, em novembro de 2019. Na época, a nomeação gerou controvérsia: inicialmente confirmado no cargo, o coronel da reserva da PM Walter Cruz Júnior publicou um vídeo nas redes sociais em que acusou os dois senadores de estarem por trás da sua “desnomeação”.⁶⁹

Mais ao sul, a candidata ao governo do Acre pelo MDB, Mara Rocha, tem comparecido a diversos assentamentos no estado para realizar cerimônias de entrega de títulos. Bastante ativa na defesa dos interesses do agronegócio em seu estado, a deputada é uma das autoras do PL n° 6024/2019, que pretende flexibilizar o regime de preservação ambiental do Parque Nacional da Serra do Divisor, além de reduzir os limites da Reserva Extrativista Chico Mendes, no estado do Acre.⁷⁰ Partiu dela a indicação do advogado Sergio Antonio Pereira Bayum para a superintendência do Incra no estado. Presidente do PL no Acre, Bayum tornou-se conhecido após a repercussão de uma placa colocada na entrada do prédio da autarquia proibindo a entrada de mulheres com minissaias ou “decote acentuado”.⁷¹

Além dos políticos amazônidas, o levantamento realizado pelo núcleo de pesquisas do De Olho nos Ruralistas identificou outro uso político das cerimônias de entrega de títulos de propriedade. Em fevereiro de 2022, o deputado federal Lucas Vergílio (Solidariedade-GO) esteve ao lado de Alexandre Rasmussen, superintendente do Incra em Goiás, e Geraldo Melo Filho, presidente do instituto, para comemorar os resultados da regularização fundiária no estado.⁷² Antes de assumir o cargo, Rasmussen foi assessor parlamentar de Vergílio.⁷³

3) A IMPLOÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO BOLSONARO



Jair Bolsonaro promoveu política de conversão de terras públicas para o setor privado

(Foto: José Cruz/ABr)

“Esse governo é de vocês”. Foi assim que o presidente Jair Bolsonaro sintetizou sua relação com a bancada ruralista durante um concorrido café da manhã oferecido a membros da FPA no início de julho de 2019, em Brasília.⁷⁴

Conforme mostram os dados das nomeações para as superintendências regionais do Incra, o governo criou condições para que a autarquia fosse tomada pelos interesses ruralistas, desvirtuando os objetivos da reforma agrária em prol da expansão territorial do agronegócio. Tal dinâmica depende da disponibilização de novos estoques no mercado de terras — daí a importância do loteamento do órgão pelos aliados do presidente. Para sua efetivação, além de impedir que novas terras sejam tornadas públicas via reforma agrária, demarcação de terras indígenas ou criação de territórios quilombolas, estabeleceu-se como estratégia a conversão (ou reconversão) de terras públicas para o setor privado. Para isso, o governo Bolsonaro elegeu dois focos prioritários: a privatização das terras dos assentamentos e a abertura para a exploração privada das terras indígenas.⁷⁵

Existem, no Brasil, três tipos de concessão de títulos de terras públicas. O Contrato de Concessão de Uso (CCU) transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório. A Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), por outro lado, ocorre quando a terra se mantém pública, mas com usufruto dos assentados. Tal possibilidade é, historicamente, a forma de titulação defendida

pelo MST e por outros movimentos de luta pela terra, por assegurar que a área permanecerá no domínio público, sendo mantida geração após geração sob o controle das famílias assentadas, restringindo a sua comercialização.

Por último, existe o Título de Domínio (TD), que consiste no instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e que o assentado tenha condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em até vinte parcelas anuais. Neste caso, a terra, uma vez que esteja em posse definitiva da família assentada e tenha sido quitada, pode retornar ao mercado de terras e ser comercializada, como qualquer outra terra privada.

É nesta última modalidade que se enquadra o atual modelo de regularização fundiária, iniciado ainda em 2017. Ainda durante o governo Temer, atendendo a reivindicações da bancada ruralista, o Ministério da Agricultura reduziu as exigências para a titulação definitiva, com o objetivo de acelerar o processo de disponibilização destas no mercado de terras. Em continuidade, Bolsonaro criou instrumentos para que a privatização das terras públicas fosse levada a cabo. O programa Titula Brasil, que transfere às prefeituras municipais atribuições de acompanhamento e fiscalização antes restritas ao Incra, se enquadra neste caso, uma vez que emite títulos de terra definitivos.⁷⁶

Incra virou imobiliária para os latifundiários, afirma dirigente do MST

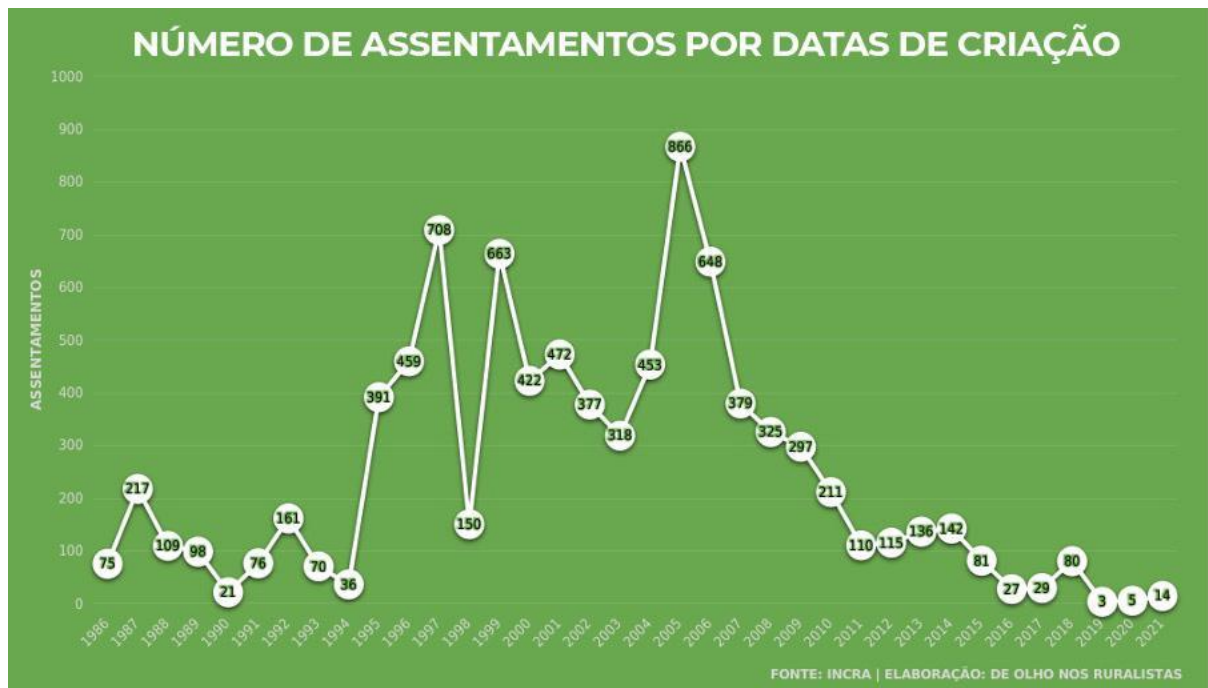
De Olho nos Ruralistas conversou sobre o papel do Incra e o atual quadro das políticas de reforma agrária no Brasil com Alexandre Conceição, membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na avaliação dele, o Incra é hoje uma máquina voltada para a destruição da reforma agrária. Segundo ele, o atual fechamento dos canais federais de comunicação com a sociedade organizada tem abrigo em regimes ditatoriais.

“O Incra foi transformado em uma imobiliária para latifundiários”, afirma Alexandre. Na avaliação do dirigente, a chegada de Jair Bolsonaro ao poder resgatou o velho latifúndio, “carcomido no atraso”. Em sua avaliação, também cresceram o assédio e a pressão destes grupos — e do próprio Incra — às famílias assentadas, tirando dos assentados o próprio direito à terra.

O membro do MST defendeu que, nos últimos três anos e meio, foi adotada uma série de medidas que transparecem o objetivo de esvaziamento do Incra, que opera atualmente quase sem orçamento: “Falta dinheiro até para um cafezinho, imagine para as áreas que envolvem a reforma agrária”, criticou o dirigente.

O programa Titula Brasil foi criado em dezembro de 2020. Pouco mais de um ano depois, em fevereiro de 2022, o Incra já havia instalado mais de 600 Núcleos Municipais de Regularização Fundiária (NMRF).⁷⁷ Esses núcleos são criados pelas prefeituras que aderem ao programa para “desburocratizar” a titulação, concedendo autonomia aos municípios para realizar o cadastro dos lotes, vistorias, supervisão ocupacional, coleta de documentos, análise processual, entre outras atividades inerentes aos servidores do Incra. Esta autonomia propicia que a incidência do poder local se acentue e a titulação seja passível de apropriação política, notadamente para interesses eleitoreiros.

Em julho de 2022, Bolsonaro comemorou a marca de 370 mil títulos entregues pelo programa a assentados que teriam, segundo ele, deixado de integrar o MST. No entanto, o presidente da república omitiu que, em seu governo, apenas 9.928 famílias sem-terra foram assentadas, contra 540.704 no governo Fernando Henrique Cardoso, 614.088 na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e 133.689 na gestão da presidente Dilma Rousseff.⁷⁸



Em abril de 2022, De Olho nos Ruralistas e O Joio e o Trigo publicaram, em parceria, uma série de reportagens evidenciando os conflitos de interesse relacionados à implementação do programa Titula Brasil. Ao repassar às prefeituras a obrigação de vistoriar e georreferenciar as áreas sob domínio da União, o programa joga no colo de latifundiários a gestão de conflitos rurais. Do Maranhão ao Mato Grosso, faixa que compreende o Arco do Desmatamento, a reportagem identificou violações de direitos humanos contra povos indígenas, camponeses e trabalhadores rurais envolvendo prefeitos e servidores diretamente responsáveis pela condução dos NMRFs. Ao todo, setenta municípios aderiram ao Titula Brasil nessa região.⁷⁹

Além de mascararem a privatização da terra, por meio da titulação de lotes, as políticas do governo Bolsonaro incluem o aprofundamento de ações anti-reforma agrária, como a paralisação da obtenção de novas áreas e a desistência da desapropriação de áreas já decretadas para projetos de assentamentos. Somam-se a esta agenda a desidratação orçamentária do órgão, com cortes brutais em ações de reconhecimento e indenização de territórios quilombolas e de assentamentos, o que simplesmente inviabiliza que o Incra cumpra a sua missão de promover a reforma agrária.⁸⁰

ORÇAMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE TERRAS EM 10 ANOS (EM MILHÕES R\$)



Fonte: Incra em nota técnica entregue ao STF

Com o orçamento reduzido, o Incra acaba por depender das emendas de relator do Congresso para manter sua estrutura operando. Em maio de 2022, o órgão determinou a suspensão da entrega de títulos rurais e de outras atividades por falta de verba disponível. Segundo a autarquia, o relator do Orçamento Federal, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), não havia disponibilizado os recursos advindos das emendas do relator das quais o presidente do Incra afirma depender para as “ações finalísticas”. Uma parcela desse orçamento advém de emendas já previstas; entretanto, outra fatia faz parte do chamado “orçamento secreto”, que soma R\$ 16,5 milhões e é distribuído pelo presidente da Câmara, Arthur Lira.⁸¹

A situação cataclísmica, no entanto, não impede que as titulações continuem sendo usadas por Jair Bolsonaro como um dos trunfos de sua campanha pela reeleição. Ao todo, desde setembro de 2020, o presidente realizou pelo menos quinze viagens ao redor do país para a entrega de títulos de propriedade. Durante uma dessas cerimônias, em Teixeira de Freitas (BA), o presidente chegou a comparar o programa Titula Brasil a uma “carta de alforria”, afirmando que esses títulos de propriedade seriam sempre entregues a pessoas humildes, que “só sabem viver arando terra com o suor do próprio rosto”.⁸²

Bolsonaro esteve em municípios do Maranhão, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pará, Acre, Goiás e Minas Gerais. Em São Paulo, o presidente esteve em Miracatu, no Vale do Ribeira, onde seu irmão, Renato Bolsonaro, atua como chefe de gabinete, tendo recebido R\$ 10 milhões em recursos federais provenientes do chamado “orçamento secreto”. A conexão de Jair e seu irmão com a região é o tema do primeiro capítulo do Dossiê Bolsonaro: “O Presidente das Bananas”.⁸³

4. CONCLUSÕES



Reforma agrária popular é caminho para superar implosão do Incra

(Foto: Codevasf/CC)

Conforme descrito neste relatório, o loteamento de cargos diretivos no Incra, por sua abrangência, tem o intuito de garantir a paralisação das ações de reforma agrária e a deturpação do papel do Incra, de modo a instaurar mecanismos que viabilizem a expansão do agronegócio sobre terras públicas. Por outro lado, a divisão política das superintendências regionais atende à distribuição de poder entre alguns dos principais articuladores do bolsonarismo e o fortalecimento de seus palanques eleitorais.

Esse movimento não ocorre sem resistência da sociedade civil organizada, de movimentos sociais e de partidos políticos contrários ao que propõe o governo. A inoperância do Incra na atual gestão foi questionada junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro de 2020, por meio de uma Ação Direta de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). A ADPF é resultado da união entre o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contraf-Brasil) e os partidos PT, PSOL, PCdoB, Rede Sustentabilidade e PSB. O relator do processo inicialmente era o ministro Marco Aurélio de Mello; mas, com a aposentadoria do magistrado, a ação foi repassada ao novo ministro da corte, André Mendonça, indicado por Bolsonaro e que tem demonstrado estar alinhado às suas pautas político-ideológicas.

Entretanto, sob o governo Bolsonaro, o que se observa é a implosão da reforma agrária no país. Esse projeto se dá por meio da restrição das ações e competências

do Incra, eliminando missões históricas e reduzindo a autarquia a um órgão de legitimação da grilagem, através da titulação e legalização de grandes posses irregulares em todo o país. A desidratação orçamentária compele à dependência institucional de emendas parlamentares, o que oportuniza a consolidação de redes de interesses que passam ao largo das questões técnicas inerentes à sua real missão.

Ao mesmo tempo, Bolsonaro transformou o Incra num mecanismo de favorecimentos locais e palanque para eleição de parlamentares aliados do governo, que têm como horizonte eliminar os direitos fundamentais e as condições para a reprodução social de agricultores e agricultoras familiares, quilombolas e indígenas, enquanto aprofunda a hegemonia do agronegócio no Brasil.

REFERÊNCIAS

- [1] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Organograma Geral do Incra - Sede e Superintendências Regionais, Atualizado em 17.dez.2020, https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/incra_geral.pdf
- [2] Cattelan, R.; Moraes, M. L.; Rossoni, R. A. A Reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995 – 2019). Rev. NERA Presidente Prudente v. 23, n. 55, pp. 138-164 Set.-Dez./2020 ISSN: 1806-6755. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/6907/5802>
- [3] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Portaria nº 531, de 23 de março de 2020. Regimento Interno. https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/regimento_2020.pdf
- [4] Presidência da República/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 3.135, de 10 de agosto de 1999. Dispõe sobre o provimento do cargo que menciona no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3135.htm
- [5] Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, “Associado da ABCZ, Geraldo Melo Filho assume presidência do INCRA”, 17.out.2019, <https://www.abcz.org.br/noticias/noticia/27174/associado-da-abcz--gerald-melo-filho-assume-presidencia-do-incra>
- [6] Presidência da República. Decreto nº 10.207, de 22 de janeiro de 2020. Revoga o Decreto nº 3.135, de 10 de agosto de 1999, que dispõe sobre o provimento do cargo que menciona no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.207-de-22-de-janeiro-de-2020-239407333>
- [7] De Olho nos Ruralistas, “Ruralistas do Centrão comandam negociações com Bolsonaro”, 17.mai.2020, <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/17/ruralistas-do-centrao-comandam-negociacoes-com-bolsonaro/>
- [8] Veja, “Sob pressão de ruralistas, governo demite general que chefiava o Incra”, 30.set.2019, <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/sob-pressao-de-ruralistas-governo-demite-general-que-chefiava-o-incra/>
- [9] Crusoé, “Pedra no sapato”, 04.out.2019, <https://crusoe.uol.com.br/edicoes/75/pedra-no-sapato/>
- [10] The Intercept Brasil/De Olho nos Ruralistas, “Milícias e fuzis: as más companhias de Nabhan Garcia, o homem de Bolsonaro para a reforma agrária”, 20.fev.2019, <https://theintercept.com/2019/02/19/milicias-nabhan-garcia/>
- [11] CNN Brasil, “Fatos Primeiro: Bolsonaro acerta sobre números de titulação de terras, mas omite dados de reforma agrária”, 21.jul.2022, <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro-bolsonaro-acerta-sobre-numeros-de-titulacao-de-terras-mas-omite-dados-de-reforma-agraria/>
- [12] Gazeta do Cerrado, “Com trabalho de referência à frente do Incra no TO, Eleusa é escalada para comandar regularização fundiária nacional”, 06.out.2021, <https://gazetadocerrado.com.br/com-trabalho-de-referencia-a-frente-do-incra-no-to-eleusa-e-escalada-para-comandar-regularizacao-fundiaria-nacional/>
- [13] Conexão TO, “Aprovado requerimento do deputado Gaguim que autoriza realização de seminário para discussão do Matopiba”, 23.set.2019, <https://conexaoto.com.br/2015/09/23/aprovado-requerimento-do-deputado-gaguim-que-autoriza-realizacao-de-seminario-para-discussao-do-matopiba>
- [14] Agência Senado, “Toma posse Ogari Pacheco, segundo suplente de Eduardo Gomes”, 18.jul.2022, <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/18/toma-posse-ogari-pacheco-segundo-suplente-de-eduardo-gomes>
- [15] Espaço Livre, “Fábio Reis e ministra irão conceder títulos de terra em assentamento no sertão”, 24.mar.2022, <https://espacolibrenoticias.com.br/fabio-reis-e-ministra-irao-conceder-titulos-de-terra-em-assentamento-no-sertao/>
- [16] Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, “Deputados participam da entrega de Títulos de Propriedades a assentados”, 01.mar.2022, <https://al.se.leg.br/deputados-participam-da-entrega-de-titulos-de-propriedades-a-assentados/>
- [17] Destaque Notícias, “Ex-superintendente volta a comandar o Incra em Sergipe”, 24.jun.2021, <https://www.destaquenoticias.com.br/ex-superintendente-volta-a-comandar-o-incra-em-sergipe/>

[18] Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Gabinete da Ministra, Portaria Conjunta nº 1, de 2 de dezembro de 2020. Institui o Programa Titula Brasil e dispõe sobre seus objetivos e forma de implementação. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-1-de-2-de-dezembro-de-2020-291801586>

[19] Barbosa, A. “Titulação para privatização: O Programa Titula Brasil e seus desdobramentos na Política Fundiária e na Reforma Agrária. Fundação Heinrich Böll, 25.nov.2021, <https://br.boell.org/pt-br/2021/11/25/titulacao-para-privatizacao-o-programa-titula-brasil-e-seus-desdobramentos-na-politica>

[20] IPAM Amazônia, “Florestas públicas não destinadas & grilagem”, <https://ipam.org.br/florestas-publicas-nao-destinadas-e-grilagem/>

[21] De Olho nos Ruralistas, “Titula Brasil faz parte da maior ofensiva de grilagem pós-ditadura”, 12.abr.2022, <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/04/12/titula-brasil-faz-parte-da-maior-ofensiva-de-grilagem-pos-ditadura/>

[22] G1-RS, “Presidente de sindicato rural será novo superintendente do Incra no Rio Grande do Sul”, 04.jul.2019, <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/07/04/presidente-de-sindicato-rural-sera-novo-superintendente-do-incra-no-rio-grande-do-sul.ghtml>

[23] Facebook, Página Oficial de Luis Carlos Heinze. “A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou, nesta quinta-feira, 4, emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022 (PLN 19/2021)”, 04.nov.2021, <https://web.facebook.com/heinzeoficial/posts/pfbid02aPchq2NmZGuk6FG3cQckjqA6Uv7oTZNGSj1qJjWiyakuQ5wCp8vD2kXfZ3yMbPC9I>

[24] Facebook, Página Oficial de Alceu Moreira. “A Regularização Fundiária é uma importante ferramenta de vida para milhares de famílias produtoras que ficaram desamparadas durante anos por conta de uma legislação defasada, que não condiz com o progresso do desenvolvimento econômico do país”, 05.ago.2021, <https://web.facebook.com/depalceumoreira/posts/pfbid0TnVW5s3E8vmVvETbC3djCKWhKccwVejK84xuwkuwVWgs8sqMQJBVMtUvGaJqwkWsl>

[25] Facebook, Página Oficial de Luis Carlos Heinze, “Hoje o Rio Grande perdeu um grande líder. Uma notícia muito dolorida para a primeira semana do ano. O ruralista e amigo de tantas lutas Tarso Teixeira nos deixou. Perdeu a batalha para a Covid”, 04.jan.2021, <https://web.facebook.com/heinzeoficial/photos/a.655566984525515/3676832292398954/>

[26] Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Acesso à Informação, Curriculum Vitae Gilmar Tietböhl Rodrigues, https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/RS_Gilmar_Tietbohl_Rodrigues.pdf

[27] Rádio Fronteira Missões, “Incra/RS tem novo superintendente”, 29.abr.2021, <https://www.frenteiramissoes.com.br/noticias/incrars-tem-novo-superintendente-13835>

[28] Facebook, Página Oficial de Alceu Moreira, “Desde segunda-feira, cruzamos por 10 municípios da Fronteira Oeste e Vale do Jaguari ouvindo os anseios da nossa gente.”, 30.jun.2022, https://web.facebook.com/watch/?v=3312117595695745&_rdc=1&_rdr

[29] Jornal do Oeste, “Incra entrega 344 contratos de concessão de uso em assentamentos no Paraná”, 10.mai.2022, <https://www.jornaldooeste.com.br/estado/incra-entrega-344-contratos-de-concessao-de-uso-em-assentamentos-no-parana/>

[30] TN Online, “Agricultores do Assentamento 8 de Abril recebem título de propriedade”, 15.jun.2022, <https://tnonline.uol.com.br/noticias/vale-do-ivai/agricultores-do-assentamento-8-de-abril-recebem-titulo-de-propriedade-654335?d=1>

[31] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Agenda de Autoridades - Presidente. Agenda de Geraldo Melo Filho. <https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/agendas-de-autoridades/presidencia>

[32] Agência FPA, “Ricardo Salles fala sobre importância de preservar meio ambiente”, 23.fev.2021, <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/02/23/ricardo-salles-fala-sobre-importancia-de-preservar-meio-ambiente/>

[33] Notícias Agrícolas, “Feplana e Unida participam de reunião da FPA com três ministros em prol do agro”, 14.dez.2021, <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/sucroenergetico/304981-feplana-e-unida-participam-de-reuniao-da-fpa-com-ministros-em-prol-do-agro-em-brasilia.html>

- [34] De Olho nos Ruralistas, “Presidente da Câmara estende seus braços agrários no Executivo, em Alagoas”, 05.set.2021, <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/09/05/presidente-da-camara-estende-seus-bracos-agrarios-no-executivo-em-alagoas/>
- [35] O Estado de S. Paulo, ‘Tratoração’ atropelou leis orçamentárias e veto de Bolsonaro”, 09.mai.2021, <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tratoraco-atropelou-leis-orcamentarias-e-veto-de-bolsonaro,70003709466>
- [36] Portal Vermelho, “Orçamento do Incra inviabiliza titulação de terras quilombolas”, 07.jun.2017, <https://vermelho.org.br/2017/06/07/orcamento-do-incra-inviabiliza-titulacao-de-terras-quilombolas/>
- [37] Tribuna do Sertão, “INCRA planeja foco em créditos, regularização e titulação para 2021”, 11.fev.2021, <https://tribunadosertao.com.br/2021/02/incra-planeja-foco-em-creditos-regularizacao-e-titulacao-para-2021/>
- [38] Facebook, Página Oficial de Zequinha Marinho, “PRESIDENTE BOLSONARO E SENADOR ZEQUINHA MARINHO PARTICIPAM DE ENTREGA DE 50 MIL TÍTULOS DE TERRAS NO PARÁ”, 18.jun.2021, https://web.facebook.com/zequinhamarinhooficial/posts/pfbid0idxXRAeu61mprLMCEDVL4ACE7ovQhftJKtyrp1T292HKWynFUYicZxKBLa47yK4I?_rdc=1&_rdr
- [39] Facebook, Página Oficial de Zequinha Marinho, “Uma verdadeira multidão fez calorosa recepção ao presidente Jair Messias Bolsonaro e ao senador Zequinha Marinho na manhã desta quinta-feira, em Paragominas, para receber os títulos de terra entregues pelo governo federal à população paraense de diversos municípios do Estado”, 28.abr.2022, <https://web.facebook.com/zequinhamarinhooficial/posts/pfbid02QHAM5pCvmWraTwbz188112uAFk2Xhnf5UXJLgNTJ9HRAktV4t9ySiNQ8oVvw4aBxl>
- [40] Facebook, Página Oficial de Zequinha Marinho, “A regularização fundiária é a solução para vários problemas na região amazônica”, 09.ago.2019, https://web.facebook.com/zequinhamarinhooficial/posts/pfbid02nVjBsyZr3meTuQixmhJ5Deo8EZ1WGYzrBNA9gnDiKuEhvqsT5RLUDapxvx5rd3gYI?_rdc=1&_rdr
- [41] De Olho nos Ruralistas, “Ruralistas tentam manobra para aprovar fim do licenciamento ambiental”, 12.mai.2022, <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/05/12/ruralistas-tentam-manobra-para-aprovar-fim-do-licenciamento-ambiental/>
- [42] G1-PA, “Delegado da PF liga Zequinha Marinho (PL-PA) a grupo criminoso: 'temos uma bancada do crime'; senador alega calúnia”, 14.jun.2022, <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/06/14/delegado-da-pf-liga-zequinha-marinho-pl-pa-a-grupo-criminoso-temos-uma-bancada-do-crime-senador-alega-calunia.ghtml>
- [43] Facebook, Página do Canal Limoeiro 1, “DEPUTADO FEDERAL DELEGADO EDER MAURO, PARTICIPA DA ENTREGA DE TÍTULOS”, 08.jul.2021, <https://web.facebook.com/canal1limoeiro/videos/1669486093246946/>
- [44] De Olho nos Ruralistas, “Candidato ao Senado no PA responde por crimes ambientais e já foi acusado de invadir assentamento”, 22.set.2018, <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/09/22/candidato-ao-senado-no-pa-responde-por-crimes-ambientais-e-ja-foi-acusado-de-invadir-assentamento/>
- [45] Justiça Federal da 1ª Região, Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Redenção-PA, Processo nº 0000863-80.2018.4.01.3905 – Exceção de Suspeição, https://drive.google.com/file/d/1Dgzsg2lyWSH7_e4XAKm_zx1ENZtS47mV/view
- [46] Revista Piauí, “Novo chefe do Ibama trabalhava para desmatadores”, 01.abr.2022, <https://piaui.folha.uol.com.br/novo-chefe-do-ibama-trabalhava-para-desmatadores/>
- [47] Facebook, Página Oficial de Dr. Aveilton Souza, “+ de 32 mil título entregues em nosso estado!”, 09.jun.2022, <https://web.facebook.com/Draveiltonsouza/posts/pfbid032FHaTQvF3wHjp5eMGadj3dn3AT7Ej6LpdEtuc8xFZ4vintRdz57xHWWKd3whpgPSI>
- [48] Rádio Câmara, “Dep. Joaquim Passarinho: Deputado defende legalização da mineração para evitar atividade ilegal”, 28.jun.2022, <https://www.camara.leg.br/radio/programas/891203-dep-joaquim-passarinho-deputado-defende-legalizacao-da-mineracao-para-evitar-atividade-ilegal/>

[49] Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), “Contra o assédio moral no Inkra! Toda solidariedade à servidora Ivone Rigo!”, 20.fev.2020, <https://www.condsef.org.br/noticias/contra-assedio-moral-incra-toda-solidariedade-servidora-ivone-rigo>

[50] Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (FAMEP), “Titula Brasil: Presidente da FAMEP participa do evento que entregou Títulos da Reforma Agrária”, 12.mar.2022, <https://famep.org.br/titula-brasil-presidente-da-famep-participa-do-evento-que-entregou-titulos-da-reforma-agraria/>

[51] Rondoniadinâmica, “Deputado federal Lúcio Mosquini recepciona Ministra Tereza Cristina durante entrega de títulos fundiários em Rondônia”, 17.dez.2021, <https://www.rondoniadinamica.com/noticias/2021/12/deputado-federal-lucio-mosquini-recepciona-ministra-tereza-cristina-durante-entrega-de-titulos-fundiarios-em-rondonia,120582.shtml>

[52] Facebook, Página oficial de Marcos Rogério, “Ações violentas no campo devem ser enquadradas como terrorismo”, 21.jun.2021

[53] TudoRondônia, “Em Brasília, Mosquini é eleito presidente da Frente Parlamentar dos Técnicos Agrícolas”, 03.ago.2022, <https://www.tudorondonia.com/noticias/em-brasilia-mosquini-e-eleito-presidente-da-frente-parlamentar-dos-tecnicos-agricolas,92075.shtml>

[54] TudoRondônia, “Prefeituras de Rondônia vão acelerar a regularização fundiária, garante deputado Lucio Mosquini com presidente do Inkra”, 22.fev.2021, <https://www.tudorondonia.com/noticias/prefeituras-de-rondonia-va-acelerar-a-regularizacao-fundiaria-garante-deputado-lucio-mosquini-com-presidente-do-incra,64826.shtml>

[55] O Estado de S. Paulo, “Orçamento secreto bilionário de Bolsonaro banca trator superfaturado em troca de apoio no Congresso”, 08.mai.2021, <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-cria-orcamento-secreto-em-troca-de-apoio-do-congresso,70003708713>

[56] Blog Marcos Eusébio, “Ligado à ministra, Humberto Maciel volta ao comando do Inkra em Mato Grosso do Sul”, 19.out.2021, <https://www.marcoeusebio.com.br/coluna/ligado-a-ministra-humberto-maciel-volta-ao-comando-do-incra-em-mato-grosso-do-sul/70335>

[57] Facebook, Página Oficial de Tereza Cristina, “Entrega de títulos de propriedades rurais MS”, <https://web.facebook.com/watch/?v=281570103678859>

[58] Bahia.ba, “Helder Almeida é nomeado superintendente do Inkra na Bahia”, 11.jul.2016, <https://bahia.ba/politica/helder-almeida-e-nomeado-superintendente-do-incra-na-bahia/>

[59] Jornal do Sudoeste, “INCRA reabre escritório em Vitória da Conquista”, 05.dez.2017, <https://www.jornaldosudoeste.com/incra-reabre-escritorio-em-vitoria-da-conquista/>

[60] Brasil de Fato, “Nabhan Garcia e Inkra fortaleceram "soldado bolsonarista" que aterrorizou famílias do MST na BA”, 02.fev.2022, <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/02/nabhan-garcia-e-incra-fortaleceram-soldado-bolsonarista-que-ateorizou-familias-do-mst-na-ba>

[61] Folha de S. Paulo, “Governo Bolsonaro autoriza igreja evangélica para serviço de engenharia, mas recua”, 27.jun.2022, <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/governo-bolsonaro-autoriza-igreja-evangelica-para-servico-de-engenharia-mas-recua.shtml>

[62] Portal Gongogi, “Acompanhado de lideranças políticas, Deputado Paulo Azi se reúne com moradores dos assentamentos na zona rural de Ipirá”, 21.ago.2021, <https://portalgongogi.com/acompanhado-de-liderancas-politicas-deputado-paulo-azi-se-reune-com-moradores-dos-assentamentos-na-zona-rural-de-ipira/portalgongogi/>

[63] Prefeitura Municipal de Ibicaraí, “Monalisa participa de aniversário do Assentamento Vila Izabel e assina termo de cooperação com o Inkra”, 18.mai.2022, <https://www.ibicarai.ba.gov.br/site/Noticias/noticia-180520221147381655-Monalisa-participa-de-anivers-rio-do-Assentamento-Vila-Izabel-e-assina-te/>

- [64] O Povo, “Deputado cearense sugere regularização de área ocupada por entidade religiosa”, 05.abr.2022, <https://mais.opovo.com.br/colonistas/eliomar-de-lima/2022/04/05/deputado-cearense-sugere-regularizacao-de-area-ocupada-por-entidade-religiosa.html>
- [65] Aqui Amapá, “Recursos alocados por Davi beneficiam mulheres de assentamentos agrícolas”, jul.2021, <https://aquiamapa.com.br/2021/07/recursos-alocados-por-davi-beneficia-mulheres-de-assentamentos-agricolas/>
- [66] The Intercept Brasil/De Olho nos Ruralistas, “Como a família Alcolumbre enriqueceu com grilagem e devastação no Amapá”, 14.nov.2019, <https://theintercept.com/2019/11/14/familia-alcolumbre-grilagem/>
- [67] Diário do Amapá, “Estado do Amapá recebe seis glebas com um milhão de hectares de terras da União”, 07.abr.2022, <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/estado-do-amapa-recebe-seis-glebas-com-um-milhao-de-hectares-de-terras-da-uniao/>
- [68] Radar Amazônico, “Parintins recebe investimentos de R\$ 138,8 milhões em emendas parlamentares de Eduardo Braga, para as áreas de infraestrutura, saúde e educação”, 21.mai.2022, <https://radaramazonico.com.br/parintins-recebe-investimentos-de-r-1388-milhos-em-emendas-parlamentares-de-eduardo-braga-para-as-areas-de-infraestrutura-saude-e-educacao/>
- [69] Amazonas Atual, “Walter Cruz diz em vídeo que Omar e Braga o impediram de assumir o Incra”, 14.dez.2019, <https://amazonasatual.com.br/walter-cruz-diz-em-video-que-omar-e-braga-o-impediram-de-assumir-o-incra/>
- [70] G1-AC, “PL quer tirar proteção integral da Serra do Divisor e reduzir quase 8 mil hectares de Resex no Acre”, 27.jan.2020, <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/01/27/pl-quer-tirar-protecao-integral-da-serra-do-divisor-e-reduzir-quase-8-mil-hectares-de-resex-no-acre.ghtml>
- [71] Contilnet, “No Acre, Incra proíbe entrada de mulheres com decote acentuado e minissaia”, 11.set.2020, <https://contilnetnoticias.com.br/2020/09/no-acre-incra-proibe-entrada-de-mulheres-com-decote-acentuado-e-minissaia/>
- [72] Instagram, Página Oficial de Lucas Vergílio, “Comemoramos hoje com o presidente do Incra, Geraldo Melo (no centro da foto), e com o superintendente regional, Alexandre Rasmussen, os resultados de 2021 do instituto em Goiás”, 09.fev.2022, <https://www.instagram.com/p/CZxSc-hJqpi/>
- [73] G1-GO, “Assessor de deputado do Centrão é nomeado para superintendência do Incra em Goiás”, 04.jun.2020, <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/06/04/assessor-de-deputado-do-centrao-e-nomeado-para-superintendencia-do-incra-em-goias.ghtml>
- [74] O Estado de S. Paulo, “Bolsonaro à bancada ruralista: ‘Esse governo é de vocês’”, 04.jul.2019, <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-a-bancada-ruralista-esse-governo-e-de-voces,70002904662>
- [75] Alentejano, P.R.R. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. In: Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, p. 353 - 392, ANO 2020.
- [76] Sauer, S.; Leite, A. Z.; Tubino, N. L. G. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. In: Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, p. 285 - 318, ANO 2020. e-ISSN: 1679-768X.
- [77] Agência Brasil, “Titula Brasil já tem mais de 600 núcleos abertos em todo país”, 13.fev.2022, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-02/titula-brasil-ja-tem-mais-de-600-nucleos-abertos-em-todo-pais>
- [78] CNN Brasil, “Fatos Primeiro: Bolsonaro acerta sobre números de titulação de terras, mas omite dados de reforma agrária”, 21.jul.2022, <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro-bolsonaro-acerta-sobre-numeros-de-titulacao-de-terras-mas-omite-dados-de-reforma-agraria/>
- [79] De Olho nos Ruralistas, “Titula Brasil transfere fiscalização a investigados por trabalho escravo e invasão de terras indígenas”, 11.abr.2022, <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/04/11/titula-brasil-transfere-fiscalizacao-a-investigados-por-trabalho-escravo-e-invasao-de-terras-indigenas/>
- [80] Sauer, S.; Leite, A. Z.; Tubino, N. L. G. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. In: Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, p. 285 - 318, ANO 2020. e-ISSN: 1679-768X.

[81] CNN Brasil, “Após Incra suspender entrega de títulos rurais, relator do orçamento promete solução até o fim do mês”, 14.mai.2022, <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-incra-suspender-entrega-de-titulos-rurais-relator-do-orcamento-promete-solucao-ate-o-fim-do-mes/>

[82] Brasil de Fato, “Bolsonaro usa Incra para fazer propaganda enganosa sobre titulação de terras, diz MST”, 31.mai.2022, <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/31/bolsonaro-usa-incra-para-fazer-propaganda-enganosa-sobre-titulacao-de-terras-diz-mst>

[83] De Olho nos Ruralistas, “O Presidente das Bananas”, ago.2022, <https://bit.ly/3Pul7an>



DE OLHO NOS RURALISTAS





Observatório do agronegócio no Brasil

ISBN: 978-65-998296-1-1

CRL



9 786599 829611

-
-  /deolhonosruralistas
 -  /deolhonoagro
 -  /deolhonosruralistas
 -  /deolhonosruralistas